CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 19.407/11/2ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000035175-84
Impugnação: 40.010129942-01
Impugnante: Arnaldo Feres Faria
CPF: 454.446.766-72
Origem: DF/Ubá

EMENTA

IPVA – FALTA DE RECOLHIMENTO – DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO – PESSOA FÍSICA – Regra geral, o domicílio tributário é aquele eleito pelo contribuinte, na forma da legislação aplicável, entretanto, na falta de eleição, ou constatada irregularidade nesta, aplicam-se as regras do art. 127 do CTN para a sua definição. Na ausência de provas de que o adquirente do veículo automotor, pessoa física, possua residência ou tenha como centro habitual de suas atividades o domicílio eleito para o pagamento do imposto, e mais, restando comprovado nos autos que o mesmo reside habitualmente em município mineiro, considera-se este o seu domicílio tributário, nos termos do art. 127, inc. I do CTN, razão pela qual o IPVA é devido ao Estado de Minas Gerais, reputando-se irregular o registro e licenciamento do veículo em outro Estado, por afronta ao disposto no art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro). Exigências do IPVA e da correspondente Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03, entretanto, devem ser excluídas aquelas relativas ao exercício de 2010, conforme reformulação do crédito tributário procedida pela própria Fiscalização. Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de imputação fiscal da falta de pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente aos exercícios de 2010 e 2011, relativamente a veículo registrado e licenciado indevidamente no Estado do Espírito Santo, tendo em vista a constatação de que o seu proprietário reside habitualmente em município mineiro.

Exige-se o pagamento do imposto e da correspondente Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03, e acréscimos legais.

Inconformado, o Notificado apresenta regularmente a Impugnação de fls. 53 a 54, com a juntada de documentos às fls. 55 a 62.

Alega inicialmente que quando adquiriu o veículo, em 10/09/2010, o imposto referente ao exercício de 2010 já houvera sido quitado pela proprietária anterior em favor do Estado do Espírito Santo, motivo pelo qual não pode o Estado de Minas exigir-lo novamente. Para comprovar a alegação, anexa cópia do recibo do respectivo pagamento, ocorrido em 19/07/10 (fls. 56).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Afirma ainda que tão logo foi intimado para prestar esclarecimentos tomou as providências necessárias para efetuar a transferência do veículo para o Estado de Minas Gerais, no entanto, por entraves e pendengas burocráticas, tais como multas de trânsito sofridas tanto pela antiga proprietária quanto por ele próprio, não foi possível efetivá-la. Neste sentido, alega que recolheu a taxa e pagou demais despesas inerentes à transferência, causando-lhe ainda mais prejuízos.

Aduz que, com o passar do tempo, viu-se na iminência de ficar impossibilitado de transitar com o veículo em razão da inadimplência relativamente ao exercício de 2011, motivo pelo qual também pagou o imposto ao Estado do Espírito Santo, sem o que já não poderia nem mesmo transferir o registro e licenciamento para Minas Gerais, o que de fato ocorreu posteriormente (cf. doc. de fls. 58).

Assim, requer a “isenção total dos encargos” por não haver a obrigação legal de pagamento do mesmo imposto por duas vezes.

Acatando parcialmente as suas alegações, a Fiscalização reformulou o crédito tributário, excluindo assim as exigências referentes ao exercício de 2010.

Devidamente intimado, o Impugnante não se manifestou.

A Fiscalização, por sua vez, retorna aos autos às fls. 68 a 72, refutando as razões de defesa relativamente ao IPVA referente ao exercício de 2011.

Em síntese, argumenta que a documentação por ela acostada aos autos comprova que o Sujeito Passivo possui residência habitual no Município de Ubá/MG, fato este que em nenhum momento é contestado pelo mesmo. Pelo contrário, pode ser deduzido da própria peça de defesa assinada pessoalmente pelo Notificado, na qual consta inclusive o Município de Ubá como sendo o local de sua assinatura.

Afirma que mesmo diante da existência de multas de trânsito não havia impedimento para que o Impugnante transferisse o veículo, uma vez que o próprio Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei nº 9.503/97, art. 128) assim o dispõe, de modo que as suas alegações neste sentido não possuem amparo legal. E mais, que ele próprio concorreu para a presente autuação, cuja motivação é a manutenção do registro e licenciamento do veículo de sua propriedade em unidade da federação diversa daquela de sua residência habitual, como devidamente comprovado nos autos.

Assim, aduz que o fato gerador do imposto ocorreu no dia 1º de janeiro de 2011, sendo o mesmo devido ao Estado de Minas Gerais, pelo que também não procede a alegação de suposta bitributação.

Cita dispositivos da Constituição Federal, do CTN, do CTB e da Lei Estadual 14.937/03, pedindo ao final a procedência parcial do lançamento, nos termos da reformulação de fls. 64/65.

DECISÃO

Como se depreende dos autos, e do relatório supra, trata-se da imputação fiscal de que o adquirente do veículo de placa EIL-7998, residente no Município de Ubá/MG, deixou de pagar o IPVA devido a Minas Gerais referente aos exercícios de

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2010 e 2011, em razão de seu registro e licenciamento irregular no Estado do Espírito Santo.

A Fiscalização, mediante o cruzamento de informações constantes dos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), da Receita Federal do Brasil, e dos Departamentos de Trânsito dos Estados de Minas Gerais (DETRAN/MG) e do Estado do Espírito Santo (DETRAN/ES) constatou que, no período objeto das exigências, o mencionado veículo encontrava-se registrado e licenciado no Estado do Espírito Santo, não obstante o seu adquirente possuir residência habitual no Município de Ubá/MG, como provam os documentos anexados à Notificação de Lançamento, quais sejam as consultas aos referidos bancos de dados, bem como “contas” de energia elétrica em nome do Notificado (fls. 19/51).

Este, o fundamento das exigências sob análise.

O deslinde da questão, pois, passa pela definição do domicílio tributário do contribuinte do imposto, para o fim de se saber quem é o sujeito ativo da relação tributária, vale dizer, a qual dos estados é devido o IPVA, se Minas Gerais ou o Espírito Santo.

Importante registrar inicialmente que, por força do disposto no art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei Federal nº 9.503/97, todo veículo sujeito a registro nos órgãos de trânsito deve ser registrado no município de domicílio ou residência de seu proprietário. Confira-se:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei. (grifou-se).

Como se vê, segundo a legislação de trânsito, o local de domicílio ou residência do proprietário é que determina o município em que deverá ser registrado o veículo, e, por conseguinte, o domicílio tributário do contribuinte do IPVA, como se verá adiante.

Como também já relatado, a tese central da defesa é que, tendo o Contribuinte adquirido o veículo, encontrou entraves para realizar a transferência do mesmo para o Estado de Minas Gerais. Por outro lado alega que, uma vez quitado o imposto para o Estado do Espírito Santo, não pode o Estado de Minas Gerais cobrá-lo novamente, sob pena de incorrer em bitributação.

Em contraponto, mediante a comprovação de que o proprietário do veículo reside habitualmente no Município mineiro de Ubá, a Fiscalização sustenta a legitimidade das exigências pelo Estado de Minas Gerais. Razão pela qual este é o seu domicílio tributário e aí deve ser registrado e licenciado o veículo. Logo, o imposto é devido ao Estado de Minas Gerais.

Nota-se assim que, subjacente à questão discutida nos autos, há um aparente conflito de competência tributária entre Estados, matéria cuja solução encontra-se, em rigor, sob a reserva de lei complementar.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Neste sentido, lembre-se que a competência para instituir o IPVA é atribuída pela Constituição Federal aos Estados e ao Distrito Federal, observando que, também segundo previsão constitucional, em matéria tributária cabe à lei complementar, dentre outras funções, dispor sobre conflitos de competência entre os entes federados, bem como estabelecer normas gerais sobre os impostos discriminados na Constituição (CF/88, art. 146, incs. I e III).

Todavia, na ausência da referida lei complementar, e no uso da competência concorrente de que trata o art. 24, inc. I, c/c os §§ 2º e 3º, da própria Constituição Federal, cada Estado e o Distrito Federal editaram leis próprias para instituir o imposto, resultando fatalmente em tratamentos díspares sobre a matéria, principalmente quanto à carga tributária, seja na definição da base de cálculo ou na fixação de alíquotas, seja por meio de renúncias fiscais totais ou parciais.

Essa ausência de normas gerais de âmbito nacional uniformizadoras da instituição e cobrança do imposto propicia o surgimento de mais uma das facetas da chamada “guerra fiscal”, ou, no mínimo, de um conflito positivo de competência tributária entre Estados, o que não escapou à percepção do Eminentíssimo Professor Paulo Coimbra, da UFMG, que assim escreveu sobre o assunto, referindo-se ao aspecto espacial da hipótese de incidência do IPVA:

(...) ao menos enquanto perdurar a omissão do legislador nacional complementar, comporta uma controvérsia de difícil solução, a saber, nos casos de pluralidade de residência ou de domicílio do proprietário de veículo(s). O aspecto espacial da hipótese de incidência do IPVA, recorde-se, determina o local em que considera ocorrido o fato gerador e, *ipso iure*, o Estado competente para tributá-lo. Há, pois, indisfarçável propensão a conflitos positivos de competência tributária, nas hipóteses de pessoas físicas com mais de uma residência (...). (cf. *IPVA: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores*. São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 60).

Nesse contexto, muitas pessoas físicas, mesmo não possuindo mais de uma residência ou domicílio, registram e licenciam seus veículos em Município ou Estado diverso daquele onde tenham domicílio ou residam habitualmente, unicamente como meio de obter vantagem fiscal, diminuindo o ônus tributário, ainda que infringindo o CTB e a própria lei de seus Estados.

Esta a razão pela qual os Estados que se sentem lesados, dentre eles Minas Gerais, desenvolvem operações fiscais periódicas visando recuperar o imposto evadido.

Conquanto não seja propriamente esta a hipótese dos autos, até porque em nenhum momento o Notificado alega que tenha residência ou domicílio no Estado do Espírito Santo, sustentando apenas empecilhos burocráticos para efetuar a transferência do veículo em questão para o Estado de Minas Gerais, ainda assim assiste razão ao Fisco.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Com efeito, tanto pelos diversos extratos de consultas efetuadas a bancos de dados dos mencionados órgãos públicos federais e estaduais como pelas cópias de notas fiscais relativas ao consumo residencial de energia elétrica, restou devidamente comprovado pela Fiscalização que o Impugnante possui residência habitual no Município de Ubá/MG, sendo este o seu domicílio tributário.

Logo, na ausência de qualquer alegação ou prova no sentido de que o Notificado possuísse residência ou tivesse como centro habitual de suas atividades o Estado do Espírito Santo, e mais, restando comprovado nos autos que o mesmo reside habitualmente em Ubá/MG, considera-se este como o seu domicílio tributário, nos termos do art. 127, inc. I do CTN, razão pela qual o IPVA é devido ao Estado de Minas Gerais, reputando-se irregular o registro e licenciamento do veículo no Estado do Espírito Santo, por afronta ao art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro c/c o disposto no art. 1º da Lei nº 14.937/03, *verbis*:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

Plenamente caracterizada, portanto, a infração fiscal relativamente ao exercício de 2011, pelo que estão parcialmente corretas as exigências consubstanciadas na presente Notificação de Lançamento, devendo-se observar a reformulação do crédito tributário de fls. 64/65, mediante a qual a própria Fiscalização já excluiu as exigências relativas ao exercício de 2010.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento, nos termos da reformulação do crédito tributário efetuada pelo Fisco às fls. 64/65. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Tábata Hollerbach Siqueira e Carlos Alberto Moreira Alves.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2011.

Luciana Mundim de Mattos Paixão
Presidente / Revisora

Raimundo Francisco da Silva
Relator